Revista GLOBAL CROSSINGS GC

Co-funded by the European Union

COMO SURGIU E O QUE É A UNIÃO EUROPEIA: CONCEITOS E PROPOSTAS DO BLOCO ECONÔMICO

HOW THE EUROPEAN UNION EMERGED AND WHAT IT IS: CONCEPTS AND PROPOSALS OF THE ECONOMIC BLOC

Melmoara Barbosa Romeiro
Graduanda em Direito na Universidade Federal de Uberlândia

Palavras-chave: União Europeia. Formação. Contexto. Definição.

Keywords: European Union. Creation. Context. Definition.

Introdução

Criado em 1957, o bloco econômico e político de natureza multifacetada, União Europeia, passou de seis para 27 países democráticos europeus, que uniram forças a fim de construir juntos um futuro melhor, concentrados nem um projeto comum de paz e desenvolvimentos. Trata-se de uma parceria única entre países como Alemanha, Espanha, Dinamarca, França, Portugal, Itália, Suécia e outros 20 países europeus, conhecidos como Estados-Membros, que, em conjunto, cobrem uma grande parte do continente europeu. Outrossim, os países que dela fazem parte criaram instituições comuns para que as decisões sobre questões específicas de interesse comum possam ser tomadas democraticamente a nível europeu, como o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, que será abordado mais à frente. "No bloco residem cerca de 447 milhões de pessoas, o correspondente a cerca de 6% da população mundial, uma vez que todos os cidadãos dos Estados-Membros são igualmente cidadãos da União Europeia e, conta com 24 línguas oficiais."[1]

Ainda, possui nove regiões que estão geograficamente muito afastadas do continente, são os territórios ultramarinos (também designados por regiões ultra periféricas): Ilhas Canárias, Guadalupe, Guiana Francesa, Maiote, Martinica, Reunião e São Martinho, os Açores e a Madeira.[2]

1. Principais objetivos

A expressão "Unida na diversidade" é o lema da União Europeia e representa os seus valores. Embora cada país tenha sua própria cultura, língua e tradições, todos partilham os mesmos valores comuns e devem respeitá-los enquanto membros do bloco.

A democracia é um valor fundamental que une todos os países da EU, o que significa que só podem ser membros países democráticos. Outros valores comuns a todos os países integrantes são o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a igualdade, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias.

Esses valores estão consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, trata-se de textos jurídicos importantes que todos os países da UE aprovaram e que, por conseguinte, têm de respeitar.

O bloco foi criado para garantir uma paz duradoura entre os seus membros e, desde a sua criação, os conflitos internos violentos e as oportunidades de guerra entre os europeus foram consideravelmente reduzidos. Em reconhecimento do seu mérito na defesa da paz, da democracia e dos direitos humanos na Europa e no mundo, em 2012, a União Europeia recebeu o Prémio Nobel da Paz, e decidiu doar o prémio – mais um montante adicional do mesmo valor próprio – às crianças a quem é negada a oportunidade de crescer em paz.

Posto isso, os objetivos da União Europeia, definidos no artigo 3º do Tratado de Lisboa, no interior de suas fronteiras são:[3]promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos

[1]UNIÃO EUROPEIA. **O que é a União Europeia?** Disponível em: https://op.europa.eu/webpub/com/eu-and-me/pt/WHAT_IS_THE_EUROPEAN_UNION.html. Acesso em: 13 nov. 2024.

[2] UNIÃO EUROPEIA. **O que é a União Europeia?** Disponível em: https://op.europa.eu/webpub/com/eu-and-me/pt/WHAT_IS_THE_EUROPEAN_UNION.html. Acesso em: 13 nov. 2024.

[3] UNIÃO EUROPEIA. **Objetivos e Valores**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principlescountries-history/principles-and-values/aims-and-values_pt. Acesso em: 10

seus cidadãos; proporcionar um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em conjugação com medidas adequadas nas suas fronteiras externas para regular o asilo e a imigração e prevenir e combater a criminalidade; estabelecer um mercado interno; favorecer o desenvolvimento sustentável, assente num crescimento econômico equilibrado e na estabilidade dos preços, e numa economia de mercado altamente competitiva, com pleno emprego e progresso social; proteger e melhorar a qualidade do ambiente; fomentar o progresso científico e tecnológico; combater a exclusão social e a discriminação; promover a justiça e a proteção sociais, a igualdade entre homens e mulheres e a proteção dos direitos da criança; promover a coesão econômica, social e territorial, e a solidariedade entre os países membros; respeitar a riqueza da diversidade cultural e linguística da EU; estabelecer uma união econômica e monetária cuja moeda é o euro.

Já nas suas relações com o resto do mundo, esses são: afirmar e promover os seus valores e interesses; contribuir para a paz e a segurança e para o desenvolvimento sustentável da Terra; contribuir para a solidariedade e o respeito mútuo entre os povos, o comércio livre e equitativo, a erradicação da pobreza e a proteção dos direitos humanos; contribuir para a rigorosa observância do direito internacional.

1.1. Contexto, Fundação e História

Após as duas grandes guerras na primeira metade do século XX, as pessoas estavam determinadas a não deixar que algo semelhante voltasse a acontecer. A vontade comum a alguns países de acabar com a guerra foi o "mote" necessário e o alicerce sobre o qual assentou o princípio de construção da União Europeia. A ideia de integração europeia surgiu para impossibilitar que a morte e a destruição de países europeus pudesse voltar a ser realidade. Entre 1945 e 1950, um grupo de políticos europeus, que contava com Robert Schuman, Konrad Adenauer, Alcide De Gasperi e Winston Churchill, iniciou o processo de criação da União Europeia, tendo como visão unir os países europeus nos planos político e econômico, a fim de assegurar paz e prosperidade duradouras. Foi proposta pela primeira vez por Jean Monnet e apresentada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, num discurso efetuado em maio de 1950, como fusão da produção europeia de carvão e aço. Na altura, eram estas as matérias-primas utilizadas na preparação para a guerra – o carvão como fonte de energia e o aço para armas e maquinaria. Com a produção a ser gerida em conjunto, nenhum país se poderia armar secretamente contra os outros. Na sequência desta proposta, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi criada em 1952, fundada por seis países vizinhos – Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos –, lançando as bases para a UE que hoje conhecemos.

Como panorama geral, até 1959 foram os primórdios da cooperação pós-guerra e da paz na Europa, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a assinatura dos Tratados de Roma e o nascimento do Parlamento Europeu. De 1960 a 1969, houve um período de crescimento econômico e desenvolvimento do bloco, com uma maior integração na Europa e início de uma cooperação internacional. A partir de 1970, os primeiros novos membros se juntaram: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, marcando uma comunidade em expansão, com uma política regional para reforçar as zonas mais desfavorecidas e eleições europeias. Com isso, mais países aderiram a mutação da Europa, que vivenciava o colapso do comunismo na década de 80, que marcou o início do mercado único. O desenvolvimento da União Europeia já

nov. 2024.

na década de 90, contou com uma maior expansão, o lançamento do mercado único, das viagens sem fronteiras e do euro.

Nos anos 2000, a EU concretizou um alargamento ainda maior, com a adesão de 12 novos países, passando por uma grande evolução, onde o euro passou a ter curso legal e o Tratado de Lisboa foi assinado. Entre 2010 e 2019, diversos desafios surgiram em resposta à crise financeira, com a adesão da Croácia à UE e a votação do Reino Unido para sair do bloco. Por fim, de 2020 até os dias de hoje, há uma tentativa de união e resiliência diante dos desafios sem precedentes, como a pandemia do COVID-19, a guerra de agressão da Rússia conta a Ucrânia e a luta contra as alterações climáticas.[4]

Ainda nesse âmbito, vale salientar que, por a União Europeia assentar-se no Estado de Direito, todas as suas iniciativas têm por base Tratados que foram aprovados voluntária e democraticamente por todos os seus países membros. Por exemplo, se um domínio de intervenção não for mencionado num Tratado, a Comissão não pode propor legislação nesse domínio. Trata-se de acordos vinculativos que definem os objetivos prosseguidos pela UE, as regras de funcionamento das instituições europeias, o processo de tomada de decisão e as relações entre a UE e os países que a constituem. Por vezes, os Tratados são alterados para melhorar a eficácia e a transparência do funcionamento do bloco, preparar a adesão de novos países ou alargar a cooperação entre os países da UE a novos domínios, como no caso da moeda única.

De início, o primeiro Tratado instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e foi assinado em 18 de abril de 1951, em Paris, entrou em vigor em 23 de julho de 1952 e expirou em 23 julho de 2002. O Ato Único Europeu, por sua vez, assinado em fevereiro de 1986 e com vigência a partir de julho 1987, procedeu a reforma das instituições para preparar a adesão de Portugal e de Espanha e simplificar a tomada de decisões na perspectiva do mercado único, com a extensão da votação por maioria qualificada no Conselho (tornando assim mais difícil que um único país possa vetar uma proposta legislativa) e introduzindo processos de cooperação e de comum acordo que conferiram maior peso ao Parlamento.

Como Tratados fundamentais, é importante citar os de Roma – CEE e Euratom –, de março de 1957, adveio da decisão dos seis países fundadores de alargar a cooperação a outros setores, assim instituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom), com um aprofundamento da integração europeia que passou a abranger a cooperação econômica, a fim de promover o comércio e uma maior integração económica entre os países participantes. Vale ressaltar que "estes dois tratados são designados por Tratados de Roma, entretanto, quando se fala em Tratado de Roma, está-se referindo somente ao Tratado CEE."[5]

Outro Tratado que merece destaque é o da União Europeia ou Tratado de Maastricht, que foi assinado em 7 de fevereiro de 1992 e entrou em vigor em novembro de 1993, com a finalidade de preparar a União Monetária Europeia e introduzir elementos para uma união política (cidadania, política comum em matéria de relações externas e assuntos internos), cujas principais mudanças foram a criação da União Europeia e introdução do procedimento de codecisão, que confere mais peso ao Parlamento no processo de tomada de decisão novas formas de cooperação entre os governos dos países da UE, nomeadamente no quadro da defesa, da justiça e dos assuntos internos.

[4] UNIÃO EUROPEIA. **História da União Europeia**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt. Acesso em: 28 nov. 2024.

[5] UNIÃO EUROPEIRA. **Acordos Constitutivos**. Disponível em: https://european- union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/founding-agreements_pt. Acesso em: 20 nov. 2024.

Com os três primeiros tratados foram instituídas as três Comunidades Europeias, isto é, o sistema de tomada de decisões conjuntas nos domínios do carvão, do aço, da energia nuclear e mais alguns outros grandes sectores das economias dos Estados-Membros. Estas instituições comunitárias – criadas para gerir o sistema – foram fundidas em 1967, sendo assim instituídos um Conselho único e uma Comissão única. A CEE, para além das suas competências em matéria económica, abarcou gradualmente uma vasta gama de responsabilidades, nomeadamente nas áreas das políticas sociais, ambientais e regionais. Uma vez que foi deixando de ser uma comunidade unicamente económica, o quarto Tratado (Maastricht) atribuiu-lhe um novo nome, passando a ser simplesmente a Comunidade Europeia (CE). O Tratado de Maastricht introduziu igualmente novas formas de cooperação entre os governos dos Domínio comunitário (a maior parte das áreas em que existem políticas comuns) Estados-Membros – por exemplo, nas áreas da defesa e da justiça e assuntos internos. Ao acrescentar esta cooperação intergovernamental ao sistema comunitário vigente, o Tratado de Maastricht criou uma nova estrutura com três pilares, que é tanto política como económica. Trata-se da União Europeia (UE).[6]

O tratado mais recente é o Tratado de Lisboa, assinado na capital portuguesa em 13 de dezembro 2007, entrando em vigor em 1 de dezembro de 2009, com a finalidade de tonar a EU mais democrática e apta a fazer face a problemas mundiais, como as alterações climáticas. Como principais mudanças, podemos citar o reforço dos poderes do Parlamento Europeu, a alteração dos processos de votação no Conselho, introdução da iniciativa de cidadania europeia, a criação dos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política e Segurança, bem como de um novo serviço diplomático da EU. O Tratado em questão clarifica a repartição de 3 competências: da EU, dos países da EU e as partilhadas. Cabe destacar, ademais, que os objetivos e valores do bloco estão consagrados no Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.[7]

Os tratados constituem a base para tudo o que a União Europeia faz. Sempre que se torna necessário rever e alterar os tratados, tem de ser convocada uma conferência especial dos governos nacionais da UE (uma conferência intergovernamental).

2. Critério de Adesão e Ampliações Significativas

Os Critérios de Copenhaga são as regras que definem se um país é elegível para aderir à União Europeia, esses critérios exigem, por exemplo, que o estado tenha instituições que preservem a democracia, os direitos humanos e assuma suas obrigações dentro do bloco. Qualquer país que apresente a sua candidatura para aderir deve respeitar as condições impostas pelo artigo 49º e os princípios do artigo 6º do Tratado de Maastricht. Neste contexto, em 1993, o Conselho Europeu de Copenhaga formulou critérios que foram reforçados no Conselho Europeu de Madrid, em 1995.[8]

Assim, para aderir à União Europeia, um Estado deve cumprir um critério político, de contar com a existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de

[6] UNIÃO EUROPEIA. **Como funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003.

[7] UNIÃO EUROPEIRA. **Acordos Constitutivos**. Disponível em: https://european- union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/founding-agreements_pt. Acesso em: 20 nov. 2024.

[8] PARLAMENTO EUROPEU. **Presidency Conclusions**: Copenhagen European Council - 21-22 June 1993. Disponível em:https://www.europarl.europa.eu/enlargement/ec/pdf/cop_en.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

direito, os direitos humanos, o respeito pelas minorias e a sua proteção, um critério econômico, devendo possuir uma economia de mercado que funcione efetivamente e capacidade de fazer face às forças de mercado e à concorrência da União, e um critério do acervo comunitário, com capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objetivos de união política, econômica e monetária.

Em 1973, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido – que saiu da UE em 2020 – aderiram à Comunidade Econômica Europeia. Alguns anos mais tarde, com o fim das ditaduras de direita no sul da Europa, três países tornaram-se elegíveis para se candidatarem à adesão. O primeiro foi a Grécia, que aderiu em 1981. Seguiram-se Portugal e Espanha, em 1986. Em 1993, foi criada a União Europeia, e a Áustria, a Finlândia e a Suécia aderiram dois anos mais tarde. Desse modo, o bloco passou a ter 15 Estados-Membros.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Europa foi dividida entre Leste e Oeste pela cortina de ferro, começando então a Guerra Fria. Após a queda do comunismo em 1989, os antigos países comunistas da Europa Central e Oriental iniciaram um processo de democratização e candidataram-se à adesão à UE.

Em 2004, aderiram oito países da Europa Central e Oriental: Chéquia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia e Polónia. No mesmo ano, as ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta passaram igualmente a ser membros. Em 2007, a Bulgária e a Roménia aderiram, seguidas da Croácia em 2013. A adesão de novos países alargou o mercado único e tem ajudado a manter a paz e a prosperidade na Europa. Os novos membros devem estar dispostos a assinar os Tratados, a integrar plenamente todo o acervo do direito da EU e respeitar seus valores, como os princípios da democracia e do Estado de direito.

A União Europeia mantém também fortes relações com os países vizinhos. A política europeia de vizinhança apoia a segurança, a estabilidade e a prosperidade dos países situados imediatamente ao seu leste e sul. Ainda, a política de alargamento da UE também abrange potenciais novos membros e, além da região da vizinhança, as relações globais da UE baseiam- se geralmente em acordos comerciais, parcerias e cooperação multilateral.

2.1. Prioridades 2024-2029

Na sequência das eleições europeias de junho de 2024, a União Europeia, por meio do Conselho Europeu, definiu várias prioridades que configuram a agenda política e estratégica até 2029. Estas prioridades vêm dar resposta aos principais desafios com que se deparam o bloco e seus cidadãos. Servindo de inspiração para as prioridades políticas da Comissão Europeia, que a elabora antes do início do seu mandato de cinco anos, são o fruto do diálogo entre os dirigentes da UE, os ministros nacionais, as instituições da UE e os grupos políticos eleitos para o Parlamento Europeu.

Na sua agenda estratégica para 2024 - 2029, os dirigentes da UE definiram três domínios prioritários destinados a orientar o trabalho das instituições da UE ao longo destes cinco anos. Nos últimos anos, o bloco tem enfrentado muitas crises, desde a luta contra as alterações climáticas à pandemia do COVID-19 e o apoio à Ucrânia na sequência da guerra de agressão da Rússia. Centrar-se em novos domínios prioritários, ajuda a tornar a Europa mais soberana e mais bem preparada para enfrentar os desafios futuros. As três prioridades são:[9]

Uma Europa livre e democrática: Defendendo os valores europeus na EU e honrando os valores da UE a nível mundial.

[9] UNIÃO EUROPEIA. **Prioridades da União Europeia 2024-2029**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/eu-priorities/european-union- priorities-2024-2029_pt. Acesso em: 20 nov. 2024.

Uma Europa forte e segura: Ao assegurar uma ação externa coerente e influente, reforçar a segurança e a defesa da UE e proteger seus cidadãos, preparar uma união maior e mais forte e prosseguir com uma abordagem abrangente da migração e da gestão de fronteiras.

Uma Europa próspera e competitiva: Estimulando a competitividade, assegurar o êxito da transição ecológica e digital, promover um ambiente favorável à inovação e às empresas e avançar em conjunto.

2.2. Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, frequentemente designado por "O Tribunal", foi criado pelo Tratado CECA em 1952. A sua missão é garantir a interpretação e aplicação uniformes da legislação – conhecida por direito comunitário – da União Europeia em todos os Estados-Membros, proferindo acórdãos sobre os processos que são submetidos à sua apreciação. [4] Por outras palavras, busca garantir que a legislação seja idêntica para todas as partes e em todas as circunstâncias. O Tribunal é competente para se pronunciar sobre os litígios entre os Estados-Membros, as instituições da União Europeia, bem como as pessoas singulares e coletivas. Os quatro tipos de processos mais comuns são: processo de reenvio prejudicial; ação por incumprimento; recurso de anulação; ação por omissão.[10]

Conclusão

Nota-se, por meio deste ensaio, que a União Europeia representa uma das mais complexas e ambiciosas experiências de integração política e econômica no cenário global contemporâneo. Ao longo das décadas, o bloco tem sido fundamental na promoção da paz e do crescimento econômico no continente europeu, além de ser um modelo para outras regiões que buscam uma integração regional. Contudo, seus desafios são consideráveis e multidimensionais. A crise financeira de 2008, a pandemia de COVID-19, as tensões políticas internas, como o Brexit, e as questões migratórias evidenciam fragilidades na coesão entre os Estados-membros. Além disso, o cenário geopolítico global, com a ascensão de potências como China e Estados Unidos, e a crescente insegurança provocada por conflitos como a guerra na Ucrânia, exigem que a UE reavalie seu papel e sua capacidade de agir. As perspectivas futuras da União Europeia dependem de sua capacidade de reformar suas instituições, fortalecer sua união política e econômica, e lidar com os desafios da transição ecológica e digital, sem perder de vista seus valores fundamentais, como a democracia, os direitos humanos e a solidariedade.

Referências

BRASIL, **Lei no 10.803, de 11 de dezembro de 2003**. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

PARLAMENTO EUROPEU. **Presidency Conclusions**: Copenhagen European Council - 21-22 June 1993. Disponível em:

[10] UNIÃO EUROPEIA. **Como funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003.

https://www.europarl.europa.eu/enlargement/ec/pdf/cop_en.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024

UNIÃO EUROPEIRA. **Acordos Constitutivos**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/founding-agreements_pt. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Como funciona a União Europeia: um guia sobre as instituições da União Europeia.** Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003.

UNIÃO EUROPEIA. **História da União Europeia.** Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt. Acesso em: 28 nov. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Objetivos e Valores**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_pt. Acesso em: 10 nov. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **O que é a União Europeia?** Disponível em: https://op.europa.eu/webpub/com/eu-and-me/pt/WHAT_IS_THE_EUROPEAN_UNION.html. Acesso em: 13 nov. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Prioridades da União Europeia 2024-2029.** Disponível em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/eu-priorities/european-union-priorities-2024-2029_pt. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/search-all-eu-institutions-and-bodies/court-justice-european-union-cjeu_pt. Acesso em: 28 nov. 2024.